



INTER-AÇÕES¹ DA COMUNIDADE ESTAÇÃO DOS VENTOS – SANTA MARIA, RS COM O GOVERNO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO

INTERACTIONS OF WIND STATION COMMUNITY –
SANTA MARIA, RS WITH THE GOVERNMENT ON LOCAL DEVELOPMENT:
A CASE STUDY

INTERACCIONES DE LA COMUNIDAD ESTACIÓN DE LOS VIENTOS –
SANTA MARIA, RS CON EL GOBIERNO EN EL DESARROLLO LOCAL:
UN ESTUDIO DE CASO

Marcelo Bêz²
Valdir Nogueira³
Sônia Maria Marchiorato Carneiro⁴

RESUMO

O artigo foca pesquisa sobre a Comunidade Estação dos Ventos, como espaço-cidadão, no município de Santa Maria, RS. O objetivo do estudo foi analisar as inter-ações da Comunidade Estação dos Ventos com o governo, na solução de problemas socioambientais, visando a melhores condições de vida local. A discussão teórica focou: questões relativas à força do lugar e a sua gestão; a comunidade como lugar de práticas político-sustentáveis; e a escola na formação dos sujeitos-cidadãos. Trata-se de pesquisa qualitativa, como estudo de caso. O levantamento de dados deu-se por entrevistas semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa, observações diretas e análise documental. O tratamento dos dados embasou-se no método de análise de conteúdos temáticos, focando os sentidos e significados das falas dos sujeitos e dos textos documentais. Os resultados revelaram que a Comunidade possuía problemas socioambientais e outros vinculados à Associação de Moradores, que muitas vezes dificultava as negociações com o poder público; mas existia certa integração da Comunidade, no sentido de lutar pela melhoria das condições de vida. Há necessidade de uma gestão-força comprometida com ações que partam de um diálogo democrático com os gestores públicos e as instituições educadoras, para a conscientização sobre sua condição humana e de saberes e fazeres para a qualificação socioambiental do lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade. Comunidade. Problemas Socioambientais. Poder Público.

ABSTRACT

The article focus on a research related to the Wind Station Community - Comunidade Estação dos Ventos - at Santa Maria, RS. Its objective was to analyse the interrelations between that community and municipal government towards solving social-environmental problems in view of better life conditions. The theoretic discussion encompassed questions as to local power and its administration; community as a place of sustainable political practices; and school in the forming of citizenship. The research approach was qualitative, in terms of a case study. Survey data were obtained from semi-structured interviews with distinct social actors, through community and field direct observations, so as by documental analysis. Data treatment was conducted in accord

¹ Neste estudo, por inter-ações quer-se denotar iniciativas dialogais em torno de causas comuns.

² Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, PR – Brasil. Professor da Secretaria Estadual de Educação de Santa Maria, RS – Brasil. E-mail: marcelofresh@hotmail.com.

³ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, PR – Brasil. Professor do Departamento de Metodologia de Ensino da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Santa Maria, RS – Brasil. E-mail: drvalnog@gmail.com.

⁴ Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, PR – Brasil. Professora Colaboradora da Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, PR – Brasil. E-mail: carneiro.sonmaria@gmail.com.

Recebido em: 16/08/2015 – **Aprovado em:** 19/03/2016.

to thematic content analysis method, looking for subjects' discourses meaning about the different actions for local development and also considering documental information. Results revealed that the community had social-environmental serious problems, including difficulties within the Residents Community Association; but this community was enough integrated to struggle for bettering its life conditions. It is demanded an engaged managing conduct of actions in dialogue with political agents and educational institutions for the development of a consciousness as to human conditions and know-how in favor of local socio-environmental life's quality.

KEYWORDS: Sustainability. Community. Socio-environmental problems. Public power.

RESUMEN

El texto relata pesquisa sobre la Comunidad Estación de los Vientos, municipio de Santa Maria, RS. El objetivo fué investigar la relación entre las acciones previstas por los lugareños y las del gobierno local, en la solución de problemas hacia la sostenibilidad sócio-ambiental y mejores condiciones de vida. La discusión teórica incluye: cuestiones relativas a la fuerza del lugar y su gestión; la comunidad como lugar de prácticas políticas sostenibles; y la escuela en la formación de sujetos-ciudadanos. Se trata de una investigación cualitativa, como estudio de caso. La recolección de datos se realizó a través de entrevistas semi-estructuradas con los sujetos de la búsqueda, observaciones directas y análisis documental. El análisis de datos se ha basado en el método de análisis de contenido temático, centrándose en los sentidos e significados de los discursos de los sujetos y los textos documentales. Los resultados revelaron que la Comunidad tenía problemas socioambientales y también problemas relacionados con la Asociación de Vecinos, que muchas veces dificultava las negociaciones con el gobierno; pero había alguna integración de la Comunidad, con el fin de luchar por la mejoría de las condiciones de vida. Hay necesidad de una gestión-fuerza comprometida con las acciones que partan de un diálogo democrático con los administradores públicos y las instituciones educacionales, para crear conciencia de la condición humana y de los conocimientos y prácticas para la calificación ambiental e social del lugar.

PALABRAS CLAVE: Sostenibilidad. Comunidad. Problemas sociales y ambientales. Poder público.

1 INTRODUÇÃO

A abordagem da relação sociedade-natureza, em perspectiva socioambiental, relaciona-se intrinsecamente ao objeto de estudo da Geografia – a espacialidade geográfica (MENDONÇA, 2001; 2005). Estudar a relação sociedade-natureza implica compreender a dinâmica dos sistemas históricos, socioeconômicos, políticos e culturais que têm causado degradação dos ambientes de vida, em prejuízo da sustentabilidade nos diferentes espaços geográficos. Dentre esses destacam-se as comunidades – enquanto lugares carregados de sentidos e significados para e entre pessoas, na sua identidade com o espaço material e subjetivo (BAUMAN, 2003). Tal espaço, porém, pode comportar formas de segregação, marginalização e individualismo pelos sujeitos que nele vivem.

A comunidade configura-se como ator social na mobilização e transformação de sua realidade em conexão com o poder público e, neste aspecto, pode ser pensada como espaço-cidadão da construção de identidades e solidariedade. O poder público, por sua vez, é ator referencial na qualificação da vida das pessoas, desde que desenvolva propostas e projetos de ações políticas comprometidas com o desenvolvimento local, em prol dos direitos e deveres dos cidadãos. Entre os segmentos político-sociais importantes está a escola, também como ator social, capaz de interferir e atuar na vida comunitária, pela emancipação, autonomia e libertação dos educandos (FREIRE, 2001, 2011a).

O presente artigo foca uma pesquisa de mestrado, desenvolvida na Comunidade Estação dos Ventos – Santa Maria, RS – tendo como base trabalhos anteriores, no decurso da Graduação em Geografia, entre os quais, o projeto “Produção de um videodocumentário com

os estudantes da Escola Celina de Moraes, Santa Maria, RS”; e o projeto “Questões socioambientais no bairro Km 3 sob a perspectiva da inter-relação entre escola e Comunidade”.

Esses projetos evidenciaram a Comunidade Estação dos Ventos como lugar marginalizado pelo poder público de Santa Maria, com graves problemas socioambientais: falta de redes de água, luz e esgoto; precária coleta de lixo e ausência de lixeiras; condições desumanas das moradias; vias de acesso intrafegáveis; preconceito, desemprego, violência, drogas e miséria.

A Comunidade localiza-se ao pé da Serra do Pinhal, entre mata fechada e um grande pátio de obras ferroviárias abandonadas (pertencente à América Latina Logística – ALL). Estende-se por aproximadamente um quilômetro, desde o Bairro Presidente João Goulart, do qual a Comunidade faz parte, até a ponte da BR-158, que liga o município às regiões Central e Norte do Estado. Ali residem cerca de mil e quinhentas famílias, de acordo com dados da Associação dos Moradores do Loteamento Estação dos Ventos. Tal Comunidade surgiu a 17 de julho de 2001, quando famílias que habitavam a Vila Santos ocuparam um espaço vazio, utilizando barracas de lona, numa área próxima aos trilhos da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (VFRGS), no Bairro Presidente João Goulart, com apoio do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM).

Tal situação instigou o desenvolvimento de uma pesquisa diagnóstica, entre os anos 2011-2013, partindo-se da pergunta: - quais as ações desenvolvidas entre moradores da Comunidade Estação dos Ventos com o poder público na solução dos problemas socioambientais, em vista da qualidade da vida? Nesse rumo, a pesquisa objetivou a analisar as inter-ações da Comunidade Estação dos Ventos com o governo, na solução dos problemas, em vista do desenvolvimento local: - revendo os problemas socioambientais a partir da posição da Comunidade; - identificando o sentido de pertencimento-identidade dos moradores em relação à Comunidade; - levantando ações desenvolvidas pelos moradores na solução dos problemas; - e investigando as ações e posições do governo quanto ao atendimento das necessidades da Comunidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A partir da questão e objetivo da pesquisa, as reflexões teóricas foram organizadas em quatro tópicos: a força do lugar e a sustentabilidade socioambiental; gestão do lugar: ação participativa dos atores comunitários e do poder público; a comunidade como lugar potencial de práticas político-sustentáveis na qualificação da vida; e escola e formação de sujeitos-cidadãos em prol da sustentabilidade socioambiental da comunidade.

2.1 A força do lugar e a sustentabilidade socioambiental

O lugar, enquanto espaço de complexas relações de vivência e existência, envolve valores, sentimentos, intencionalidades e ações de diferentes sujeitos (SILVA, 1991; MORIN, 2011). É um espaço da construção de identidades, que permite ao sujeito uma

identificação de sentido com o lugar-habitado, de pertencimento. Pertencer e viver em determinado lugar é experienciar circunstâncias históricas, geográficas, socioeconômicas, políticas, ambientais e culturais, na estruturação, organização e diferenciação frente a contextos maiores – estado, região, país etc. Assim, o lugar é carregado de possibilidades e interferências, nas interconexões com níveis macro (conexões externas), mas principalmente no nível micro (conexões internas), localmente mobilizadas.

Callai (2005, p. 236) enfoca o lugar em sua totalidade, como espaço de vivência e de transformações:

Nenhum lugar é neutro, pelo contrário, os lugares são repletos de história e situam-se concretamente em um tempo e em um espaço fisicamente delimitado. As pessoas que vivem em um lugar estão historicamente situadas e contextualizadas no mundo. Assim, o lugar não pode ser considerado/entendido isoladamente. O espaço em que vivemos é o resultado da história de nossas vidas. Ao mesmo tempo em que ele é o palco onde se sucedem os fenômenos, ele é também ator/autor, uma vez que oferece condições, põe limites, cria possibilidades.

A força do lugar, fundada numa racionalidade ambiental, potencializa a capacidade de mobilização dos diferentes atores sociais, em sua criatividade cultural e participação social pela sustentabilidade socioambiental; esta é força impulsionadora de novas relações dos homens com a natureza, quais sejam, igualitárias, descentralizadas, autogestionárias, dialógicas e ecologicamente equilibradas – em favor das necessidades básicas das pessoas, respeitando a biodiversidade e diversidade sociocultural e apoiando a busca de uma vida digna (LEFF, 2009).

Nessa linha, a Geografia Socioambiental proporciona constante repensar das ações humanas, em termos das interconexões homem-natureza e homem-homem, como fundamentos da sustentabilidade dos espaços de vida (MENDONÇA, 2001). A sustentabilidade constrói-se a partir do diálogo interpessoal e grupal sobre saberes locais, como processo para além da convergência dos conhecimentos disciplinares, abrindo-se à diversidade, diferença e outridade (LEFF, 2010). A outridade implica respeito ao potencial humano e social de cada pessoa, na construção da identidade dos lugares. Na interlocução entre saberes locais e práticas de políticas públicas, há possibilidade de se construir a sustentabilidade socioambiental. Tais inter-relações têm a ver com o complexo espaço da ocupação Comunidade Estação dos Ventos, *lócus* da construção de saberes de sujeitos que lutam pela valorização e pelo reconhecimento de sua outridade. Esse reconhecimento deve-se dar a partir do diálogo de saberes, pois:

O diálogo de saberes fertiliza a diversidade cultural e recria o mundo; não é apenas confluência de pensamentos e conhecimentos, mas uma série sem fim de relações de outridade entre seres diferenciados, em que as solidariedades e confrontos de saberes geram novas identidades, singulares e heterônomas, que fortalecem cada autonomia nas sinergias de encontros com o outro e o diferente (LEFF, 2010, p. 130).

Nesse aspecto, o diálogo de saberes proporciona um (re)pensar das ações, visando ao desenvolvimento local, principalmente no que diz respeito à resolução dos problemas socioambientais. Para tanto, é imprescindível não só o ponto de vista das ciências, do poder público, mas da população afetada; esta deve participar do planejamento, das decisões e ações que, através do diálogo democrático, carregam saberes, valores, intencionalidades e fatores importantes para a transformação da realidade local, em compromisso com a humanização e a autonomia dos sujeitos. A mobilização de sujeitos-agentes possibilita mudanças não só em nível local, mas regional, nacional e mundial – dadas as relações de interdependência local-global (SANTOS, M. 2006; CAMARGO, 2008; MOREIRA, 2006; CARVALHAL, 2009).

A transformação da realidade local fundamenta-se na consciência crítica das pessoas. Nessa perspectiva, Freire (2001, p. 30) destaca:

A conscientização é [...] um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se 'desvela' a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em 'estar frente à realidade' assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da 'práxis', ou melhor, sem o ato ação-reflexão.

Na medida em que os sujeitos de um determinado lugar compreenderem criticamente a sua realidade, terão condições de transformar o modo de ser do local, repercutindo no mundo global. A conscientização implica, pois, que os homens criem sua existência na realidade própria, com material que a vida oferece-lhes, na relação da consciência com o mundo.

2.2 Gestão do lugar: ação participativa dos atores comunitários e do poder público

A gestão da comunidade precisa ser focada no fortalecimento e qualificação de vida do lugar, beneficiando os oprimidos e não os opressores (FREIRE, 2011b). Nessa perspectiva, destaca-se a gestão voltada à sustentabilidade socioambiental do lugar, em suas dimensões sociocultural, sociopolítica, socioeconômica e jurídica, com valorização do potencial crítico e criativo dos sujeitos em sua participação democrática pelo diálogo construtivo, em que as partes não se negam nem se excluem, mas são complementares; daí a importância da participação de ONGs, conselhos, entidades sociais e filantrópicas, de clubes, empresas, escolas etc. (CAMARGO, 2008; TOURAINÉ, 1998).

A gestão voltada ao bem comum é uma força mobilizadora que encoraja os sujeitos-cidadãos a não se conformarem a um modelo-padrão, enquanto único caminho ou possibilidade de vida; tal força gera responsabilidade compartilhada, individual e coletivamente, pelos sujeitos, em vista da emancipação social, política, econômica e cultural (FREIRE, 2011d). Nesse sentido, está a importância da mobilização dos diferentes atores sociais para a transformação do lugar, (re)pensando as relações dos sujeitos no e com o mundo, a partir de uma consciência crítica da realidade. O ato de refletir sobre essas relações funda o pensamento democrático que, em lugar de se opor a uma organização injusta da sociedade e da ordem política, implica:

[...] reconhecer que o ator social, ou seja, engajado em relações sociais concretas, profissionais, econômicas, mas também igualmente ligado à nacionalidade ou ao gênero, procura aumentar sua autonomia, controlar o tempo e as suas condições de trabalho ou de existência (TOURAINÉ, 1998, p. 37).

Assim, é preciso que as práticas democráticas concebam os sujeitos-cidadãos como protagonistas, para desestruturar as formas hegemônicas de poder:

Devemos analisar as estruturas de poder da sociedade a partir das margens, e mostrar que o centro está nas margens, de uma maneira que às vezes escapa a toda nossa análise. Para essa concepção, colonialismo são todas as trocas, todos os intercâmbios, as relações, em que uma parte mais fraca é expropriada de sua humanidade. Há muitas sociedades hoje que não podemos entender de verdade sem essa ideia de privação da humanidade das pessoas (SANTOS, B., 2007, p. 59).

A participação popular nos processos de decisão e planejamento do que seja melhor para as comunidades locais, pressupõe a responsabilidade do poder público em ouvir os representantes da comunidade. Diante disso, torna-se necessário refletir sobre a ideia de atores sociais plurais, partindo de sua visão de mundo e relação com o mundo, na geração de suas práticas; logo, admitindo-se que vivam experiências variadas, diferentes e, por vezes, contraditórias em um espaço complexo, destaca-se que:

Um actor plural é, portanto, o produto da experiência – muitas vezes precoce – de socialização em contextos sociais múltiplos e heterogêneos. Ele participou ao longo da sua trajetória ou simultaneamente ao longo de um mesmo período de tempo em universos sociais variados, ocupando neles posições diferentes (LAHIRE, 2001, p. 46).

A complexidade, tanto dos atores plurais como de seu contexto heterogêneo, revela a dificuldade de se planejar e promover ações voltadas à qualificação da vida comunitária, sob os princípios da imprevisibilidade e incerteza e do risco das ações não saírem do nível das ideias e dos planejamentos – pois a ação não é só decisão, escolha, mas também uma aposta. Percebe-se aí a presença da “ecologia da ação”, sendo que esta “[...] é, em suma, levar em consideração a complexidade que ela supõe, ou seja, o aleatório, acaso, iniciativa, decisão, inesperado, imprevisto, consciência de derivas e transformações” (MORIN, 2011, p. 76).

Surge, então, a necessidade de articular, dialogicamente, diferentes setores da sociedade civil diante das fragmentações e das contradições que permeiam o cotidiano das muitas realidades que compõem o espaço urbano – no âmbito desta pesquisa – a partir de políticas públicas voltadas à sustentabilidade socioambiental, pressupondo uma dinâmica integrada dos bens naturais, dos recursos tecnológicos e de questões histórico-culturais.

2.3 A comunidade como lugar potencial de práticas políticas sustentáveis na qualificação da vida

A comunidade é um lugar carregado de intencionalidades construtoras da visão de mundo pelas pessoas que nela habitam. Seus sujeitos são atores políticos na luta contra a opressão no próprio cotidiano, pela qualificação de vida. Assim: “O Sujeito é então [...]

político, e se sua ação tem efeitos sociais e econômicos, esta se manifesta por meio de categorias diretamente políticas.” (TOURAINÉ, 1998, p. 46).

Ações referenciadas como prática política construída pela consciência crítica, potencializam os sujeitos a transformarem a realidade de uma comunidade através de diferentes opções, decisões e compromissos emancipatórios. O processo de conscientização política, dos diferentes atores de uma comunidade, é exigência humana como caminho para a prática da curiosidade cognitiva, no sentido do sujeito ‘ser mais’ (FREIRE, 2011c). Daí, o sujeito de ação política vive e interfere na comunidade, a partir de uma visão de mundo coletivo (LOUREIRO, 2011).

Dessa maneira, os espaços de vida comunitária, onde surgem movimentos sócio-políticos, demandam democracia participativa de lideranças locais comprometidas com ações sociais em prol do bem comum (SANTOS, B., 2007). Neste sentido, pensar práticas políticas sustentáveis em nível local é pensar na “[...] arte de desmontar os limites à liberdade dos cidadãos; [...] é também a arte da autolimitação: a de libertar os indivíduos para capacitá-los a traçar, individual e coletivamente, seus próprios limites individuais e coletivos.” (BAUMAN, 2000, p. 12).

Nesse foco, é importante pensar politicamente a vida comunitária, em diálogo e realização de ações pelos diferentes atores sociais – qualificando e valorizando o sentimento de ser e estar em um lugar comum, ressignificando saberes-fazer e (re)criando relações de conforto e segurança de uma vida solidária. Trata-se, enfim, de uma nova política pautada em projetos de respeito aos cidadãos locais, em suas diferenças identitárias: portanto, implicando compromisso dos governantes, mediante políticas públicas de efetivamente qualificar as condições de trabalho, segurança, saúde, saneamento, infraestrutura urbana, educação etc. Com efeito, o exercício da cidadania plena possibilita aos sujeitos da comunidade engajar-se na transformação social, a partir de propostas empreendedoras e projetos que modifiquem, não só a vida pessoal, mas também os contextos sociais.

Os movimentos comunitários necessitam de saberes-fazer como práticas político-sustentáveis, ante os desafios do viver-conviver humano, instigando os sujeitos a questionar a realidade socioeconômica de base antiecológica. Destacam-se, nesse contexto, o saber-fazer-viver a cidadania de escolhas propositivas e intervenientes; o saber-fazer política, assumindo o voto como direito de transformação da realidade; o saber-fazer-compartilhado por decisões democráticas em prol da coletividade; e o saber-agir responsável na relação com as instâncias públicas (escolas, postos de saúde, postos policiais, unidades de cultura, creches etc.). Essa perspectiva de práticas político-sustentáveis conduz a História como devir na criação de condições de vida e sentidos da existência humana, desde os lugares ao Planeta (LEFF, 2010); por consequência, os cidadãos constroem uma identidade com o seu lugar de vida, a qual alimenta o sentimento de pertencimento comunitário.

Construir a identidade de uma comunidade, a partir do saber-pensar-fazer os espaços de vida em sua complexidade, pressupõe reconhecer a diversidade de ser e agir na realidade ambiente. Para tanto é importante a tomada de consciência dos moradores sobre as condições

de cidadania e, pois, dos problemas socioambientais, basicamente: a carência de infraestrutura urbana – água, energia, saneamento, pavimentação, áreas de lazer, segurança etc.; a violência, saúde, habitação, educação, entre outros problemas, todos enredados em jogos de interesse do poder público.

Tal compreensão de comunidade, pelos seus sujeitos, abre-se à consciência de mundo, nas reflexões e ações potenciais, de vir-a-ser – sendo a escola uma das instituições-chave nas práticas político-sustentáveis para a qualificação da vida local-global.

2.4 Escola e formação de sujeitos-cidadãos em prol da sustentabilidade socioambiental da comunidade

A escola, como *locus* da formação de cidadãos críticos e atuantes por melhores condições de vida, é fundamental na transformação da realidade, como parte constituinte e constituída da comunidade e da vida pública. Nessa perspectiva, a educação é prática social que constrói e reconstrói conhecimentos, valores e atitudes e, nesse contexto, problematiza a realidade para transformá-la, fazendo história (LOUREIRO, 2011).

As ações da escola, na formação da cidadania comunitária, partem do lugar e dos saberes dos sujeitos, na relação com suas aspirações, necessidades, angústias, vitórias, derrotas, dificuldades, conflitos, lutas – enfim, com o cotidiano dos sujeitos-cidadãos. Sob esse enfoque, está a resignificação dos saberes, transformando-se em conhecimentos para uma vida decente (SANTOS, B., 2007).

O respeito aos saberes dos atores sociais comunitários

[...] coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária –, mas também, [...], discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino do conteúdo (FREIRE, 2011c, p. 31).

A escola deve-se organizar em torno das especificidades da comunidade, trabalhando com os sujeitos-alunos conhecimentos e saberes que possam ajudá-los a interferir na transformação da realidade, qualificando seus espaços de vida no rumo de um desenvolvimento local sustentável. Uma educação escolar efetiva importa um trabalho com a comunidade, via projetos; é na união de forças que a comunidade torna-se um lugar-força, propiciando mudanças necessárias, motivando os atores sociais (comunitários e do poder público) ao sentimento de pertencimento – que é fundamental para construir a sustentabilidade socioambiental, especialmente no que tange à economia, ecologia, política e cultura. Conforme Boff (2012, p. 149):

A sustentabilidade não acontece mecanicamente. Ela é fruto de um processo de educação pela qual o ser humano redefine o feixe de relações que entretém com o universo, com a Terra, com a natureza, com a sociedade e consigo mesmo dentro dos critérios assinalados de equilíbrio ecológico, de respeito e amor à Terra e à comunidade de vida, de solidariedade para com as gerações futuras e da construção de uma democracia socioecológica.

Nessa linha sócio-pedagógica, o educador – ator sociopolítico – é responsabilizado pelo desenvolvimento crítico-emancipatório dos educandos como cidadãos ativos nos seus ambientes de vida. Para isso, o educador necessita de entusiasmo e competência compromissada com uma práxis educativa dialógica, capaz de sensibilizar e mobilizar os educandos para participarem da vida em comunidade – como sujeitos-cidadãos engajados pela qualidade de seu lugar de vivência.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA DE CAMPO

Esta é uma pesquisa diagnóstico-qualitativa, como estudo de caso de uma comunidade em seu contexto sócio-histórico-cultural, considerando-se as relações das dimensões subjetivas e objetivas na apreensão das diferentes faces do real. Assim, entende-se que:

A pesquisa qualitativa [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2011, p. 21).

As razões desta opção – o estudo de caso – justificam-se pela característica de sua penetração na realidade social estudada. Em outras palavras, o estudo de caso:

[...] apresenta um engenhoso recorte de uma situação complexa da vida real, cuja análise-síntese dos achados tem a possibilidade de surpreender, revelando perspectivas que não tinham sido abordadas por estudos assemelhados, o caso poderá ser qualificado como importante, e visto em si mesmo como uma descoberta (MARTINS, 2008, p. 2).

Foi selecionada a Comunidade Estação dos Ventos, em Santa Maria, RS, por ser um lugar com graves problemas socioambientais. Tal Comunidade é habitada por pessoas que vivem diariamente a negação de uma vida digna, ou seja, negação da própria Comunidade como lugar-força por melhores condições de vida.

Os sujeitos da pesquisa foram: os moradores da Comunidade – o presidente da associação comunitária e representante junto ao MNLM, os representantes do conselho de moradores, alguns moradores mais antigos, funcionários da Creche Estação dos Ventos – contatados, por diálogo e entrevistas, bem como disponibilizando documentos; o representante do poder público, responsável legal pelas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – que contribuiu via entrevista e concessão de documentos, dando a conhecer o planejamento e desenvolvimento de ações voltadas à Comunidade; e uma educadora que trabalhava na Escola Estadual de Ensino Fundamental Professora Celina de Moraes, a qual colaborou em conversas informais e entrevista, além de ser mediadora no diálogo entre pesquisador e moradores da Comunidade.

Com foco na questão, objetivos e pressupostos da pesquisa, foram utilizadas como estratégia da coleta de dados: observações diretas, entrevistas semiestruturadas e análise documental. As entrevistas foram o principal procedimento para levantar dados com os atores

comunitários e do poder público, a partir de um roteiro básico. Os atores comunitários possibilitaram identificar os problemas socioambientais mais relevantes, o sentido de pertencimento-identidade dos sujeitos, as intenções e ações voltadas ao desenvolvimento local e as interconexões da escola com a Comunidade; quanto ao ator do poder público, foram levantadas ações governamentais planejadas e o diálogo com a Comunidade no planejamento e concretização de ações. As entrevistas foram complementadas com a análise de documentos (atas das reuniões da associação de Moradores, Estatuto Social da Associação, abaixo-assinados pela Associação, mapas e registros históricos), visando a levantar o histórico da Comunidade, ações planejadas e/ou realizadas e a questão legal e, ainda, observações diretas em reuniões, atividades de campo, em sala de aula etc. Tais observações foram registradas segundo roteiro prévio, permitindo verificar a veracidade das respostas, assim como levantar aspectos não mencionados pelos entrevistados.

O tratamento dos dados deu-se por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), em três etapas: - a pré-análise, isto é, leitura da transcrição das entrevistas, dos documentos e registros das observações, organizando os dados; - exploração analítica do material levantado: estudo aprofundado dos conteúdos, estabelecendo as categorias de análise; - e a interpretação inferencial: fase da análise dos sentidos e significados dos conteúdos das categorias levantadas, tendo como base o referencial teórico da pesquisa.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA

A discussão analítica dos resultados baseou-se em três categorias inter-relacionadas, a partir do levantamento dos dados: problemas socioambientais relevantes sob o ponto de vista dos atores sociais; dificuldades e identidade comunitária; e ações locais para o desenvolvimento comunitário.

Quanto aos **principais problemas socioambientais**, sob o ponto de vista dos sujeitos da comunidade e do poder público, bem como segundo documentos e, ainda, observações *in loco* do pesquisador, pôde-se constatar que a Comunidade – na época da pesquisa entre 2011 e 2013 – carecia dos elementos básicos de infraestrutura urbana, como: água, luz, esgoto, vias trafegáveis, sinalização de trânsito, iluminação, tratamento do lixo, educação, saúde, moradia e lazer. Segundo um dos moradores: “Não, aqui não tem luz nossa. Nem água, nós não temos.” (F. D. M.). A partir daí, entende-se que, nessas condições:

Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, através das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe cidadão (SANTOS, M., 2012, p. 157-158).

O direito de acessar bens e serviços mínimos de cidadania – que deveriam ser disponibilizados pelo poder público aos moradores – quando não ofertados obrigam-nos a realizar ações emergenciais que se transformam em novos problemas. Dentre esses, a disposição inadequada dos materiais recicláveis e não-recicláveis pelos catadores (economia de grande parte dos moradores do lugar) acabava provocando o aparecimento de doenças

infecção contagiosa, mau cheiro, enfim, um ambiente insalubre. Para suprir algumas dessas carências de infraestrutura, os habitantes criaram acessos clandestinos à água, luz e ao esgoto; pois, os pedidos de ligações de água, junto à Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), eram negados documentalmente; e quanto à energia elétrica, a Distribuidora Gaúcha de Energia S/A (AES Sul) era conivente com os chamados “gatos legais”, uma vez que a empresa fazia as conexões de luz. De acordo com os próprios moradores:

[...] Nós fomos atrás dos pontos de água e fizemos a ligação clandestina [...] os pedidos de água que foram feitos na CORSAN. Tudo negado, negaram os pedidos de água. [...] A luz é a mesma coisa, muita gente foi lá e enganchou o fiozinho no poste e puxou a sua luz. [...] chamada 'gato legal'. [...] O esgoto eram valões, [...] (S. T.).

Assim, a Comunidade auto-gestionou a solução de alguns problemas, havendo convergências de posicionamento entre os atores comunitários e o ator do poder público e, segundo o próprio:

O maior problema que ali, [...] só tinha três pontos de abastecimento de água, e a água é essencial. Um segundo problema, na rede de esgoto cloacal, não existia saneamento nenhum. Um terceiro problema que era, tinha até certo atendimento, mas, de forma precária, que é a coleta do lixo. [...] A gente tem consciência de que a rede de energia elétrica ali não é a ideal [...]. (S. F.).

No entanto, era visível o descaso do lugar pelo poder público, o qual iniciou na Comunidade obras pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), mas logo paralisadas. Apesar de reconhecer a existência dos problemas de infraestrutura na Comunidade, há uma pseudoconcreticidade das ações por parte da gestão municipal: as obras pelo PAC, iniciadas no período pré-eleições, como a rede de esgoto mal construída e sem conexões com as residências; e a rede de luz, que fornecia energia somente para algumas residências. Após as eleições, as obras foram paralisadas pela Prefeitura de Santa Maria porque o projeto inicial atingia uma Área de Preservação Permanente (APP), nas margens do rio Vacacaí-Mirim. De acordo com Kosik (2011, p. 15):

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. [...] O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas graças ao seu contrário.

A contingência sócio-política dessa Comunidade era de ‘migrações forçadas’, na precariedade de recursos básicos, mas lutando pela regularização da propriedade da área e buscando na Lei os direitos do cidadão. Isso fica claro na fala do ator comunitário S. C.: “[...] Então, no dia da desocupação, nasceu a pergunta para onde é que vamos quem queria ir? Foi aí que nasceu esta terra aqui [...]”. “A gente é cadastrada [...] mas nosso mesmo só depois que a gente estiver com a escritura na mão. Aí a gente pode dizer que é nosso.” Em contraponto, a fala do ator social público:

[...] Dentro da nossa área de atuação, no local, existe um cronograma onde, lá no fim, está prevista a regularização fundiária desta área, com a entrega de uma permissão real de uso, que é um documento registrado em cartório, tem validade como uma escritura pública, que cada morador cadastrado lá vai receber [...]" (S. F.).

A falta de interconexão da Comunidade e a Prefeitura era evidenciada, sobretudo, pela reclamação dos moradores de serem lembrados apenas em tempos eleitorais, quando deviam votar e as ações, por parte do poder público, apareciam apenas por interesse. Nas palavras de D. M.: “Só vem em época de eleição, quando eles querem as coisas... que a gente faça. (D. M.)”. Assim, antes de eleições, ocorria uma transformação transitória na Comunidade, quando os políticos prometiam melhorias locais, com criação de projetos, mas sem ações subsequentes. De acordo com o ator educador: “[...] Eles só foram olhados agora por causa das eleições, iniciaram as obras do PAC até as eleições, passaram as eleições parou tudo. [...]” (P. D.). A própria Associação Comunitária trabalhava a conscientização dos moradores nessa questão; o diálogo era difícil, não porque as pessoas não soubessem dizer, mas porque suas aspirações eram improferíveis, no sentido de serem silenciadas – havia, pois, ausência de democracia participativa (SANTOS, B., 2007; FREIRE, 2011b). Essa problemática integra a concepção colonialista de que a população “[...] mais fraca é expropriada de sua humanidade. [...] muitas sociedades hoje [...] não podemos entender [...] sem essa ideia de privação da humanidade das pessoas (SANTOS, B., 2007, p. 59). Nesse sentido, verificaram-se contradições sociopolíticas, pela desconsideração da outridade comunitária, enquanto espaço-cidadão, pelo poder público – dificultando a construção da sustentabilidade socioambiental, pela qualificação de vida do lugar; tal situação evidenciou falta de diálogo entre moradores e poder público.

O foco de **dificuldades e identidade comunitária** desvelou um preconceito repulsivo das pessoas de fora frente aos moradores da Comunidade, com afastamento auto-protetor destes, especialmente para com novos moradores nesse lugar. De acordo com S. T.: “Porque assim, o lado de cá é o preconceito que é jogado em cima, não querem saber quem é tu”; e ainda nas palavras de S. C.: “Ah, o preconceito, a discriminação dos próprios moradores, da própria mídia, rejeição das pessoas. [...]”. A respeito de tal questão, destaca o representante do poder público:

[...] Mas é justamente decorrente de ter sido uma ocupação sem as condições de vida adequadas. Então, a comunidade na volta automaticamente se autoprotege. Eu não sei que tipo de gente está vindo pra ali e nas condições que estão vindo é por extrema necessidade. [...] Então, à medida que a infraestrutura e a melhor condição de vida vêm sendo oferecidas para essas pessoas, automaticamente, elas vêm sendo inseridas dentro da convivência, digamos assim, do Bairro. [...] (S. F.).

A construção de um muro, pela antiga Viação Férrea, para proteger galpões contra roubos e invasões, servia como fronteira, separando a Comunidade da cidade de Santa Maria – essa barreira era chamada de “muro da vergonha”. Essa inferioridade criou nos sujeitos da Comunidade um sentimento de negação do próprio espaço, relacionada ao descaso do poder público, como prática de opressão e exclusão frente às desigualdades sociais: “A desigualdade e a exclusão têm, pois, de ser justificadas como exceções ou incidentes de um

processo societal que [...] não reconhece legitimidade, em princípio. E, perante elas, a única política social legítima é a que define os meios para minimizar uma e outra.” (SANTOS, B., 2010, p. 279).

Torna-se necessária a tomada de consciência, pelos atores comunitários, de sua condição de excluídos e oprimidos, não aceitando práticas neoliberais que marginalizam e impedem o desenvolvimento do lugar; dessa maneira, a consciência crítica da Comunidade favorecerá a transformação da realidade local. Freire (2001, p. 30) destaca: “Quanto mais conscientização, mais se ‘desvela’ a realidade [...]” e tal “[...] conscientização não pode existir fora da ‘práxis’, ou melhor, sem o ato ação-reflexão.”

Outra questão, não diferente em outros lugares, são as dificuldades de convívio (brigas, desentendimentos, incompreensão etc.) e de construção de uma luta identitária organizada. A escola, segundo a educadora, carece de um trabalho diferenciado com os filhos dos moradores pela sua valorização humana e o fortalecimento da identidade comunitária, enquanto dimensão transformadora da realidade. Nas suas palavras:

[...] O que eles têm ali? Eles não têm nada, nada que eles possam [...] dizer: Eu sou da Estação dos Ventos, aqui tem isso, tem aquilo [...], eles não têm nada que os dignifique [...], não existe um trabalho pedagógico da escola em relação a isso e nem da Prefeitura, dos poderes públicos [...]. Então, acho que no momento em que eles começarem a se identificar, a dizer assim: ‘Eu sou da Comunidade Estação dos Ventos, eu gosto dali’, ali tem um centro cultural, ali tem uma escola ou tem um curso disso, um curso daquilo. Eu acho que eles vão começar a se sentirem melhor ali e também vai começar a evoluir mais (P. D.).

A mais, a falta de recursos básicos a uma vida decente – enfraquecendo a identidade local e criando o preconceito de inferioridade – compromete o desejo dos alunos em querer aprender e descobrir o mundo, a partir do saber. O papel da escola estaria em possibilitar uma consciência crítica e atuante dos sujeitos-alunos no seu cotidiano, por meio da construção e reconstrução de conhecimentos, valores e atitudes e, nesse contexto, problematizando a realidade para transformá-la, fazendo história (LOUREIRO, 2011).

Entretanto os moradores tinham senso de pertencimento, apego e identificação com a Comunidade, reconhecendo que dela faziam parte e a construam. Segundo o ator comunitário S. C.: “[...] O que tem de melhor, aqui, eu diria que somos nós mesmos. [...]”, e em outro momento: “[...] Tem a questão da família também. Minha família não é pequena, são nove pessoas. Só aqui, mas, na verdade, é todo mundo (S. C.)”. Havia, pois, um potencial de pensar a Comunidade no sentido de coletividade-unitária, que conduzisse a uma “comunidade ética” (BAUMAN, 2003). Assim, caberia valorizar o saber-viver a cidadania mediante proposições e intervenções na Comunidade; o saber-fazer político, vendo o voto como direito pela transformação da realidade; o saber-fazer compartilhado, em prol da coletividade; e o saber-agir responsável com as instâncias político-públicas (escolas, postos de saúde, postos policiais, unidades de cultura, creches etc.). São práticas político-sustentáveis que possibilitam fazer a história de um lugar, por melhores condições de vida e sentido da existência humana.

Quanto às **ações locais para o desenvolvimento comunitário**, apesar de todos os problemas mencionados, existia um envolvimento participativo da Comunidade pela solução dos problemas socioambientais, visando aos direitos dos sujeitos-cidadãos; e isso se deu via experiências comunitárias, desde o processo de ocupação da área até os movimentos de lutas por uma vida mais qualificada. Sendo assim: “[...] A gente começou a perceber que tem de vir da comunidade para o projeto. [...] Tem que conhecer as pessoas, conhecer as famílias, ouvir as necessidades, as suas dificuldades, em cima disso se trabalha. Aí, a coisa funciona (S. C.)”. As ações coletivas pensadas e realizadas pela Comunidade demonstravam preocupação com a qualidade de vida de seus moradores, que de acordo com S. T. é entendida como:

[...] acho isso aí: saúde, educação, moradia e todo o resto que envolve essa questão da cidadania. Isso morando aqui nessa comunidade, nessa luta. Agora, se fosse mudar um pouco nesta questão teria que mudar mais coisas. Qualidade de vida é ter uma boa relação ao ponto de tu poderes estar acessando as coisas que, de certo modo, é furtado da gente esse direito, é se manter nos teus direitos de acessar as tuas necessidades primárias.

A conscientização do que seja qualidade de vida e o seu sentido para a vida das pessoas na comunidade, ganha importância e significado quanto aos aspectos das condições de existência, de suas demandas econômicas e normalização das necessidades básicas, por meio de programas de benefício social (LEFF, 2012). Na perspectiva de luta e movimentos pela qualidade de vida, a Comunidade em foco estava voltada à transformação social, mediante a busca de emprego, casa própria, infraestrutura urbana básica – enfim, lutando pelos direitos básicos de cidadania, com intencionalidades reivindicatórias justas e legítimas da Comunidade Estação dos Ventos. Assim, um dos primeiros passos dessa Comunidade foi criar e estruturar uma associação de moradores, para ganhar força e voz nas decisões de interesse da mesma, bem como exercer um poder democrático: “[...] o primeiro processo que nós queríamos fazer, nos primeiros dois anos, era fundar uma associação para poder ter força.” (S. C.).

A associação da comunidade, nomeada Centro de Desenvolvimento Comunitário Estação dos Ventos, organizou uma entidade jurídico-política, com regimento interno amparado pela Constituição Federal, para garantir condições cidadãs aos moradores. Seu principal documento é o Estatuto Social do Centro de Desenvolvimento Comunitário Estação dos Ventos, em nove capítulos, compreendendo aspectos relativos aos poderes executivo, legislativo e judiciário; há outros documentos que fazem parte da organização jurídico-política interna da Comunidade, como: ata de fundação e eleição da primeira diretoria deste Centro; outras atas, que registram decisões e ações nos encontros e reuniões; mapa de registro da distribuição dos lotes na Comunidade; abaixo-assinados; alvarás de licença; certificações; e imagens de momentos significativos para a história da Comunidade.

Tais documentos conferem legitimidade histórica, jurídica, política e social às lutas e movimentos realizados pela Comunidade. Desde sua fundação houve uma preocupação com o registro dos aspectos organizacionais, estruturais e de identidade.

A sede da Associação era utilizada para reuniões – objetivando à discussão dos problemas locais – e palestras, especialmente do “Pac Social”, projeto interconectado ao PAC, para esclarecer a população local sobre as obras executadas. Segundo o ator comunitário S. T.: “[...] Semana que vem tem a reunião, se não for nada produtiva esta reunião, vamos levar tudo para o Ministério Público”. Com efeito, a Associação da Comunidade é entidade de mobilização dos moradores, requerendo criticidade e criatividade, na busca do diálogo democrático e construtivo (CAMARGO, 2008; TOURAINÉ, 1998). Sob esse foco, é importante buscar uma política de respeito à vida dos habitantes do lugar, em suas diferenças identitárias, para qualificar as condições nas áreas de trabalho, segurança, saúde, saneamento, educação, lazer, infraestrutura urbana etc. Dessa maneira, a organização territorial e política da comunidade precisam ser pensadas pela Comunidade, fornecendo respostas adequadas às opções locais, tanto no plano interno quanto externo (SANTOS, M., 2012).

Apesar da estrutura organizacional da Comunidade, a Associação dependia do partido político no poder para resolver os problemas locais. Assim, com a intermitência de partidos, ocorriam descontinuidades das ações, dificultando os avanços da (re)organização da vida na Comunidade, afetando, inclusive, a própria mobilização e luta coletiva. Nesse sentido, conforme o ator comunitário, a relação da Comunidade com o poder público era conturbada, pois:

[...] O governo do Schirmer sempre foi um governo fechado. [...] Ele é um governo mais reservado. Já o governo do PT era mais aberto, não sei se porque ele tinha outra coisa em mente ou diferentemente pensando. Mas nós éramos muito mais atuantes no governo do PT do que do PMDB (S. C.).

Os partidos são considerados, nas democracias representativas, agrupamentos de pessoas que comungam das mesmas ideias básicas referentes ao futuro da comunidade, da nação (SANTOS, M., 2012). Sendo assim:

Estes teriam um papel pedagógico relevante, mostrando à população o que deve ser uma democracia pluralista, oferecendo opções sistematicamente alinhadas, apontando para diferentes concepções de governo e para tantos outros horizontes capazes de justificar a ação política e de comover as diversas parcelas da população, segundo seus interesses e crenças. (SANTOS, M., 2012, p. 92).

Outra questão é que a própria Associação contava com representantes indicados pelos partidos políticos, que pensavam os problemas da Comunidade a partir dos interesses partidários, prejudicando a participação popular nas tomadas de decisões para melhorar as condições de vida; eram criadas situações, por esses representantes junto ao poder público, que desqualificavam a legitimidade da Comunidade. Dessa maneira, a relação da Associação com os moradores: “[...] Era boa quando a população participava. Hoje, se tu fores a qualquer associação tem dois, três, quatro CCs⁵ tocando por gente ligada a algum partido. Então, fica

⁵ Cargos de Confiança escolhidos por pessoas ou conjunto de pessoas, vinculadas a algum partido político, para liderar as associações de moradores.

mais política (S. C.)”. Tais questões surgem também nas palavras do representante do poder público:

Num primeiro momento, como eles estão organizados, recebem instruções, eles vão lá e tomam conta, são os líderes. No momento em que a própria comunidade começa a perceber que o interesse é muito mais político e até financeiro do que social, eles acabam perdendo essa condição de líder legal, vamos dizer assim, da comunidade. [...] (S. F.).

No entanto, alguns partidos, movidos por interesses econômicos e políticos, em vista de poder ou expansão ideológica, ajudavam, em alguns momentos, a promover movimentos de reivindicações dos direitos de cidadania, instigando os moradores a tomar consciência sobre sua situação, assim como sobre ações necessárias na resolução de problemas socioambientais do lugar. No entanto, os moradores afirmavam que: “[...] teria que deixar mais a nível comunitário. Se o cara tem um cargo público, ele tem que fazer o cargo público e deixar a comunidade para alguém tocar. Aí vira um negócio partidário (S. C.)”. Nesse contexto tensional, havia uma disputa pela liderança comunitária, onde, muitas vezes, se sobreponha o interesse individual ao coletivo, acabando por comprometer a organização e a união da Comunidade, dificultando as negociações com o poder público em busca de ações locais efetivas. Na fala do ator comunitário S. T.: “Presidente da associação. Sou eu desde... [...] Se banca de presidente para poder receber benefícios. Eleito fui eu o primeiro presidente, termina o meu mandato no meio do ano que vem.”

Assim, a participação popular em iniciativas como o PAC, que contava com a mobilização comunitária em busca de infraestrutura urbana local (redes de esgoto, água, luz; pavimentação; reciclagem do lixo etc), com esses problemas internos da Associação criou uma desordem, provocando uma desconstrução da mobilização local. Segundo o ator educador: “Eles não têm união. Eles não conseguem se firmar como um grupo. Qual é o problema ali? É a falta de uma liderança, falta de alguém que diga uma coisa e mantenha aquilo ali, que tenha uma linha de ação para todos (P. D.)”. Os moradores perderam força e ocorreram ações descomprometidas, ou seja, poucas pessoas participavam das reuniões da Associação, dificultando a representatividade e os avanços das discussões e decisões, com necessidade de realizar sempre novos encontros. Esse enfraquecimento das ações coletivas na Comunidade pode ser pensado como a violência expressa pelo opressor hospedado nos próprios oprimidos:

Na 'imersão em que se encontram, não podem os oprimidos divisar, claramente, a 'ordem' que serve aos opressores que, de certa forma, 'vivem' neles. 'Ordem' que, frustrando-os no seu atuar, muitas vezes os leva a exercer um tipo de violência horizontal com que agredem os próprios companheiros. É possível que, ao agirem assim, mais uma vez explicitem sua dualidade. Ao agredirem seus companheiros oprimidos estarão agredindo neles, indiretamente, o opressor também 'hospedado' neles e nos outros. Agredem, como opressores, o opressor nos oprimidos (FREIRE, 2011b, p. 68).

A gestão da comunidade, enquanto um lugar-força, precisa estar focada no fortalecimento e qualificação da vida do lugar, beneficiando os oprimidos e não os opressores (FREIRE, 2011b). O diálogo crítico e libertador necessariamente supõe ação, sobretudo em

favor dos oprimidos, que devem reconhecer-se como homens e mulheres na sua vocação ontológica e histórica de *ser mais* (FREIRE, 2011b). Neste sentido, é relevante a relação da escola com a Comunidade na conscientização dos moradores quanto a sua condição desumana e à importância da participação popular na luta pela qualidade de vida. De acordo com o ator educador, havia falta de interesse da Comunidade e resistência de moradores às propostas da escola. Nas palavras da educadora:

[...] A gente fazia cursos à noite, até para as famílias virem aqui. [...] muitas vezes, a escola até promovia coisas e vinham sempre os mesmos. [...] Então, muitas vezes, a escola também não é culpada, ela até tenta fazer alguma coisa e não há um retorno da comunidade. [...] (P. D.).

No entanto, a escola enquanto instituição pública voltada à formação cidadã dos sujeitos-alunos, tem o compromisso de trabalhar os conteúdos curriculares a partir da realidade de vida dos mesmos na relação com suas aspirações, necessidades, dificuldades e conflitos. Sob esse enfoque, põe-se a ressignificação dos saberes, no sentido de ajudar os educandos da Comunidade a interferir a favor da transformação da realidade, no rumo da sustentabilidade socioambiental (SANTOS, B., 2007; FREIRE, 2011c).

Com base em Morin (2011), pode-se afirmar que a vida na Comunidade Estação dos Ventos é carregada de incerteza e risco, pela dificuldade de realização das ideias e planejamentos; por exemplo, a continuidade das obras iniciadas pelo PAC e o diálogo junto ao poder público na resolução dos problemas socioambientais – o risco de que tais problemas se agravem, que os moradores não sejam ouvidos e/ou novamente realocados, por jogo de interesses e poder. Neste sentido, a luta contra a incerteza e o risco pode ter a escola como aliada, na perspectiva de potencializar o sentido de ser, estar, pertencer, vivenciar uma Comunidade, que ainda carece dos elementos básicos da vida cidadã.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da discussão dos resultados, cabem algumas considerações indicativas, visando ao desenvolvimento qualitativo da Comunidade pesquisada:

- a) Necessidade de uma gestão-força, por meio de organização e luta participativa pela sustentabilidade socioambiental em prol da qualificação da vida. Tal força depende de se potencializar a conscientização crítica (alfabetização política) dos moradores, como sujeitos de direitos e deveres e, com isso, sentirem-se fortalecidos a participar democraticamente nas tomadas de decisão e ações a favor da Comunidade – *versus* interesses pessoais –, não se permitindo calar por forças repressoras;
- b) Realização de ações da Comunidade em torno de saberes-fazeres emancipatórios, de modo que os atores comunitários sintam-se agenciadores de escolhas e proposições de intervenção na construção de políticas públicas, assim como o saber-fazer político, assumindo o voto como direito democrático e instrumento de transformação;

- c) O diálogo democrático da Comunidade, via Associação dos Moradores, com os gestores públicos, para que suas necessidades e interesses sejam discutidos e atendidos, no cenário político local, regional, estadual e nacional, buscando a resolução de problemas socioambientais e melhores condições de vida;
- d) Valorização da contribuição das escolas, universidades e demais instituições educadoras, na formação e conscientização dos sujeitos-alunos e moradores sobre sua condição de vida; daí, a importância da inter-relação estreita entre instituições e a Comunidade, na perspectiva dos sujeitos-cidadãos emanciparem-se pela profissionalização e construção do sentido de fazer a história do próprio lugar; aqui cabe destacar o papel das lideranças da Associação de Moradores, na perspectiva de militância pela identidade e bem comum da Comunidade;
- e) E por fim, ser a presente pesquisa valorizada como referência para se pensar outros espaços comunitários em condições humanas análogas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: São Paulo: Ed. 70, 1977.

BAUMAN, Zygmund. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

BAUMAN, Zygmund. **Em busca da política**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CALLAI, Helena Copetti. Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cadernos Cedes**, Campinas, SP, v. 25, n. 66, p. 227-247. mai./ago. 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/2HYop1>>. Acesso em: 10 jul. 2010. ISSN 1678-7110.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. **A ruptura do meio ambiente**. Conhecendo as mudanças ambientais do planeta através de uma nova percepção da ciência: a Geografia da complexidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. Desenvolvimento auto-gerido e trabalho. In: ENDLICH, Angela Maria; ROCHA, Márcio Mendes (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011d.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Centauro, 2001.

- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011a.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011c.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011b.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- LAHIRE, Bernard. **O homem plural: as molas da acção**. Tradução de José Luís Godinho. Lisboa: Stória, 2001.
- LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. Tradução de Silvana Cabucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.
- LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Tradução de Jorge e Silva. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Problematizando conceitos: contribuição à práxis em educação ambiental. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier (Orgs.). **Pensamento complexo, dialética e educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 104-161.
- MARTINS, Gilberto Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MENDONÇA, Francisco. **Geografia e meio ambiente**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- MENDONÇA, Francisco. **Geografia Socioambiental**. Terra Livre, São Paulo, SP, n. 16, p. 113-132. 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/kwCU4w>>. Acesso em: 08 jun. 2010. ISSN 0102-8030.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?: por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SILVA, Armando Corrêa da. **Geografia e lugar social**. São Paulo: Contexto, 1991.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e diversidade: o sujeito democrático**. Tradução de Modesto Florenzano. São Paulo: EDUSC, 1998.

Como citar este documento:

BÊZ, Marcelo; NOGUEIRA, Valdir; MARCHIORATO CARNEIRO, Sônia Maria. Inter-ações para o desenvolvimento local: um estudo na comunidade estação dos ventos – Santa Maria, RS. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 18, n. 2, abr./jun. 2016. ISSN 1676-2592. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8639500>. Acesso em: 04 jul. 2016. doi:<http://dx.doi.org/10.20396/etd.v18i2.8639500>.
